

# Onde impera o medo: socioeducação, violência e afetos hostis no Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Where fear reigns: juvenile justice system, violence and hostile emotions in Rio de Janeiro

**Clara Camatta**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Laura Lowenkron**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ Brasil

**Fábio Mallart**

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil

## RESUMO

A proposta do presente artigo é refletir sobre o modo pelo qual a violência no cotidiano de uma instituição de internação socioeducativa é exercida por meio de afetos hostis. Esses afetos expressam relações de poder que separam, hierarquizam e diferenciam determinados atores institucionais, bem como são elementos garantidores de humanidade. Para tanto, apresenta-se uma etnografia realizada em uma unidade de internação socioeducativa masculina do Rio de Janeiro, o Centro de Socioeducação Dom Bosco, analisando a partir do corpo de mulher branca da pesquisadora, entendido como “fora de lugar” nesta instituição, as condições de entrada e circulação no espaço. Serão examinados ainda os modos de habitar essa instituição e as possibilidades e limites de relação com cada ator institucional, especialmente os jovens internos e os agentes socioeducativos. No percurso etnográfico, ficam evidentes as formas de violência sutil exercidas na instituição por meio de afetos hostis, seja na construção de uma atmosfera de medo, nojo e/ou desprezo. Afetos esses experimentados tanto nas relações entre os diversos sujeitos que transitam pela internação quanto destes com o espaço de privação de liberdade. Desse modo, revela-se como tais afetos participam e são instrumentos

<sup>1</sup> O artigo é baseado na pesquisa de mestrado da primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/ UERJ), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A segunda autora é bolsista Prociência (UERJ) e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). O terceiro autor agradece ao apoio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 14 de abril de 2024.  
Avaliador A: 14 de maio de 2024.  
Avaliador B: 14 de junho de 2024.  
Aceito em 30 de agosto de 2024.



de uma gestão de fluxos, própria às dinâmicas das instituições de confinamento.

**Palavras-chave:** Afetos Hostis, Violência, Socioeducação.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on how violence in the daily life of juvenile justice detention unit is exercised through hostile emotions. These express power relationships, which separate, hierarchize, and differentiate institutional actors from one another, being also elements that ensure humanity. To this end, we present an ethnography conducted in a male detention unit of Rio de Janeiro juvenile justice system. The analyses are made from the researcher's white woman's body, considered out of place there. Through her being 'out of place' in this institution, we will analyze the circulation of these hostile emotions in the detention space, as well as the ways of dwelling it, and also the possibilities and limitations to relate with each institutional actor, especially the young inmates and the socio-educational agents. In the ethnographic path, the forms of pervasive violence exerted in the institution through hostile affections are evident. They appear whether in the construction of an atmosphere of fear, disgust and/or contempt. These affections are experienced both in the relationships between the various subjects who transit through the internment and between them and the space of deprivation of freedom. In this way, it is revealed how such affections participate and are instruments of flow management, typical of the dynamics of confinement institutions.

**Keywords:** Hostile Affections, Violence, Socio-education.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o sistema socioeducativo atende adolescentes em conflito com a lei entre os 12 anos completos e os 18 anos incompletos (Brasil, 1990). As medidas socioeducativas (MSE) podem ser cumpridas em meio aberto ou fechado (por exemplo, inserção em regime de semiliberdade, liberdade assistida ou internação em estabelecimento educacional), a depender da gravidade da infração cometida. As medidas socioeducativas são pautadas pela doutrina da proteção integral<sup>2</sup>, incluindo em seu escopo medidas protetivas, que assegurem direitos a esses

---

<sup>2</sup> Como observa Carla Leite: "O Estatuto da Criança e do Adolescente esclarece logo em seu primeiro artigo que *"esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente"*. [...] O Estatuto da Criança e do Adolescente atribui a *toda e qualquer criança e adolescente, sem distinção*, uma série de *direitos especiais*, reconhecendo a sua

jovens, expostos a diferentes processos de vulnerabilização.

Maria Liduína Silva (2011), ao reconstruir as bases sociojurídicas e históricas dos aparatos de controle da infância e adolescência, pondera que embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tenha instituído o paradigma da proteção integral e da compreensão das crianças e adolescentes como sujeito de direitos, também abriu margem para o controle sociopenal juvenil nos moldes do sistema penal, tendo uma base retributiva e de responsabilização penal tanto em seus modos de efetuação quanto em suas bases legais e em sua população-alvo (a juventude pobre, periférica e negra). Segundo a autora, apesar de seus avanços, o ECA se estrutura como uma tecnologia de governo da infância pobre a partir da distinção que estabelece entre a infância a ser protegida (ou “em perigo”) e a infância “perigosa”, “em conflito com a lei penal”, que deve ser punida apesar de sua menoridade e inimputabilidade. Nesse sentido, há um viés punitivo no princípio legal que regulamenta o sistema socioeducativo, aproximando-o “por definição” das instituições prisionais.

Para que esta pesquisa acontecesse, foi necessária a autorização do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE)<sup>3</sup>. Durante as conversas sobre a escolha da unidade onde seria realizada a pesquisa, houve dois acontecimentos importantes: a denúncia de abuso sexual perpetrado por agentes institucionais na unidade de privação de liberdade feminina e o afastamento de 24 agentes socioeducativos e do diretor da escola João Luiz Alves – local onde se desejava realizar o trabalho, sendo tais agentes acusados de tortura e maus-tratos<sup>45</sup>. Diante da impossibilidade de realização da pesquisa nessas duas unidades, o próprio DEGASE sugeriu que a pesquisa fosse realizada no Centro de Socioeducação Dom Bosco (CENSE Dom Bosco).

Nas primeiras vezes em que a pesquisadora foi ao Centro de Socioeducação Dom Bosco (CENSE Dom Bosco)<sup>6</sup>, ele parecia diferente de todas as demais unidades de internação por

---

“condição de pessoa em desenvolvimento” (art. 6º). Ao contrário do Código de Menores de 1979, que criou um verdadeiro estigma ao voltar a atenção do Estado para “menores em situação irregular”, o Estatuto não estabelece distinções entre “tipos” de crianças e de adolescentes. Na verdade, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que pode estar em “situação irregular” é o Estado ou a sociedade, jamais a criança ou o adolescente. O Estatuto reconhece a *criança e o adolescente* como *sujeitos de todos os direitos* fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral (art. 3º) e do reconhecimento de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento [...]” (Leite, 2006, p. 100).

3 Órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro responsável pela execução e administração das medidas socioeducativas.

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/05/jovens-que-denunciaram-abusos-sexuais-por-agentes-do-degase-sao-transferidas-para-outra-unidade.ghtml>, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-07/rio-cupula-do-degase-e-exonerada-apos-denuncia-de-abuso-sexual>. Acesso em: 26 maio 2022.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/20/justica-afasta-25-servidores-do-degase-por-suspeita-de-maus-tratos-e-tortura-contra-internos-de-unidade-diz-mprj.ghtml>

6 O trabalho de campo foi realizado por Clara Camatta e orientado por Laura Lowenkron, com coorientação de Fábio Mallart. Nesse sentido, nas descrições etnográficas, “a pesquisadora” refere-se a Clara Camatta.

onde ela já havia circulado, fosse durante a graduação em psicologia<sup>7</sup> ou, após, trabalhando como pesquisadora em um projeto sobre direito à saúde no sistema socioeducativo<sup>8</sup>. Era uma unidade aparentemente calma, tranquila, em que os agentes socioeducativos deixavam-se estar com os corpos relaxados nas cadeiras próximas às atividades dos adolescentes. Um cenário oposto ao que os procedimentos de entrada em campo indicavam e ao que a literatura indicava (Rio de Janeiro, 2017, 2018, 2019, 2020a, 2020b, 2021).

Com o tempo, a pesquisadora foi entendendo, por meio de seu próprio corpo, que na superfície dessa tranquilidade habitavam pesadelos, ombros tensos e uma incerteza certa da tortura (Taussig, 1993), que ia criando um medo que parecia não ter objeto. Um medo que a rondava e a fazia hipervigiar o seu corpo e o de todos na instituição: internos, agentes, técnicas, direção. Uma forma de violência sutil que parecia escapar entre os dedos e à qual faltava materialidade, embora estivesse por toda a parte – nas paredes, nos banheiros, nos alojamentos, na mesa dos agentes, nas oficinas. Uma violência que se apresentava como uma camada afetiva densa, que percorria toda a instituição. Era uma atmosfera que se tornava visível a partir do medo, tomado como *neurose*<sup>9</sup>, e dos afetos hostis (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), como nojo e desprezo sob a forma de *insalubridade*, que pareciam constituir as relações e os sujeitos no perímetro institucional. Essas emoções, em suas circulações, criavam uma fronteira entre os corpos, diferenciando-os, produzindo um eu e um outro. Não era apenas tensão, mas emoções em tensão, que iam “colando” determinados signos (como a sujeira e o temor) a determinados corpos, fixando-os (Ahmed, 2004).

As reflexões que seguem são fruto da pesquisa de mestrado “*Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro*” (Camatta, 2022), uma etnografia construída a partir de duas oficinas semanais, cada qual com um grupo de cinco jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro. Os grupos aconteceram entre os meses de fevereiro e abril de 2022. Os encontros duravam duas horas e a participação era voluntária. A escolha pelo formato das oficinas em grupo surgiu originalmente pela compreensão dos espaços grupais como importante meio de promoção de saúde (Brasil, 2014; Sanchez, 2018;

---

7 Durante a graduação, Clara Camatta foi bolsista de extensão do Projeto Parcerias – adolescentes em conflito com a lei, sob coordenação de Hebe Signorini Gonçalves, no qual realizavam grupos de reflexão com jovens privados de liberdade.

8 Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto Maria e João Aleixo (UNIperiferias) em parceria com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e as Universidades de Stirling, Universidade de Dundee e Universidade de Strathclyde, localizadas no Reino Unido. O objetivo principal do estudo era analisar como profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o sistema socioeducativo e os próprios adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade compreendiam as necessidades de saúde de jovens em privação de liberdade. Realizamos entrevistas com profissionais e atores-chaves do sistema SE e grupos focais com adolescentes privados de liberdade.

9 Expressões e frases dos interlocutores são apresentadas em itálico ao longo do texto.

Secco, 2018) e pela possibilidade de uma inserção situada, cujo formato em aberto permitia que os jovens construíssem o espaço junto com a pesquisadora. Estar com eles coletivamente na oficina era uma forma de habitar e partilhar espaços institucionais, ao mesmo tempo em que permitia alterar os sentidos e as atividades segundo o que emergia do encontro. Desse modo, foi possível habitar o cotidiano institucional e participar do emaranhado de relações e afetos que o compunham.

## O CENSE DOM BOSCO

Chama a atenção, de início, os portões: blocos de metal azul, de 3 metros ou mais, com um brasão do departamento impresso neles. As paredes que o cercam, brancas e grossas, que cresciam imponentes. No interior do prédio, após se identificar na portaria e cruzar uma porta de tranca magnética, encontrava-se um corredor que ziguezagueia, dando, de início, uma impressão labiríntica. No entanto, só havia um caminho a seguir. A cada dobra do corredor, uma porta de ferro equipada recentemente com tranca magnética ou um portão gradeado, com ferrolho e cadeados grossos (embora sempre destrancados nos horários em que eu estava lá). Na primeira parte do corredor, ficavam a sala da administração, a sala da direção e uma academia de ginástica equipada, utilizada pelos agentes – havia mais uma sala da qual não sei a função. Ao final, havia um bebedouro grande e, na parede da direita, uma porta de ferro que dava na próxima parte do corredor: sala da defensoria, consultório odontológico, consultório médico, enfermaria, sala das técnicas, copa dos agentes e uma sala de descanso em reforma. Esse corredor terminava em um saguão com cadeiras em L e uma mesa onde ficava sentado um agente a observar a TV em sua frente. Normalmente conectada no circuito interno<sup>10</sup>, é possível observar pela TV desde o portão externo da unidade até todos os corredores internos das galerias, sem visibilidade apenas do interior dos alojamentos. Havia uma TV também na portaria e outra na sala da direção.

Nesse saguão à direita havia um portão gradeado. Depois desse portão ficava o *campo*<sup>11</sup> à esquerda, o pátio à direita – separado por um outro portão gradeado – e, em frente, uma área coberta, margeada pelo campo e pelo pátio. Nessa área existiam algumas poucas salas utilizadas pela equipe técnica para os seus atendimentos: cubículos minúsculos que parecem salas de interrogatório, com um vidro fosco na porta, de onde é possível ver o que acontece dentro. Defronte a elas, uma cela, com um banco de pedra ocupando suas paredes, onde os internos

---

10 Algumas vezes a TV estava conectada na Rede Bandeirantes, na Rede Globo e outros canais de TV aberto a programas da TV aberta.

11 Campo de futebol, descoberto e de grama onde os jovens jogavam futebol (sempre futebol).

aguardavam atendimento. Em frente a essa cela e ao lado das salas, uma mesa, onde ficavam os agentes que coordenavam o plantão e organizavam a retirada dos jovens de seus alojamentos. Depois dessa parte, ficava o conjunto mais recente dos alojamentos, o *anexo*, descrito pelos agentes como *padrão SINASE*<sup>12</sup>. No pátio, à esquerda, ficava outro conjunto de alojamentos mais antigos, a *comarca* – herança do antigo Instituto Padre Severino (IPS).

No fundo do pátio, existiam duas salas de contêiner num platô: a sala multiuso e a sala de informática. Era preciso subir uma pequena rampa até as salas. Abaixo da rampa, no pátio, de frente para a entrada das galerias da *comarca*, havia uma mesa onde ficavam os agentes socioeducativos (SE) e na parede da galeria, ao lado e de frente para os agentes, havia um bebedouro grande. É importante frisar que a pesquisadora não circulou pelo *anexo*, nem pelo refeitório ou escola, apenas foi informada de onde ficavam. Também não adentrou as galerias do pátio, apenas vislumbrou suas paredes externas – algumas queimadas, algumas com ventiladores por fora, voltados para dentro – a caminho do grupo.

A sala multiuso era originalmente a sala destinada ao encontro com os jovens. Retangular, sem janelas e com apenas uma porta, possuía um bueiro no chão de onde saíam baratas. Havia um pequeno quadro branco ao fundo, uma mesa e algumas poucas cadeiras. O ar-condicionado da sala ou não funcionava ou ligava apenas em uma temperatura que a depender do dia era gélida ou quente. A sala fedia a baratas e, eventualmente, havia copos descartáveis usados que permaneciam lá por semanas. Uma vez, a sala estava completamente suja, com cabelos no chão e sobre as cadeiras, e as faxineiras, quando chamadas, indicaram que devia ter acontecido uma oficina de barbearia ali. Alguns dias, os agentes sugeriram que eu usasse a sala de informática para evitar as baratas, alegando que o bueiro estava para ser fechado: *Sente esse cheiro? Tá vendo aquele buraco* [um quadrado grande de concreto destacado no piso], *sai barata dali. Faz na outra, tudo bem?* Outras vezes, encaminhavam a pesquisadora para a sala multiuso. E, noutros, perguntavam sua preferência.

A sala de informática era geminada à multiuso. Sem o bueiro, não fedia a baratas e tinha cerca de 10 computadores fixos e fora da tomada, 5 em cada parede lateral, dispostos em baias individuais, com cadeiras de rodinha. Havia também uma mesa escolar e duas carteiras escolares. A princípio o ar-condicionado funcionava, quebrando quase ao final do período das oficinas. Eventualmente, alguns crachás de adolescentes, com informações pessoais, ficavam depositados ali. Havia manchas no chão de algo que parecia café, copos descartáveis utilizados e largados, e algumas eventuais baratas. No primeiro dia de oficina, em ambos os grupos, os jovens sugeriram usar os computadores nos encontros e esse foi um dos primeiros acordos

---

12 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei 12.594 de 2012, que criou normativas infraestruturais para a construção das unidades socioeducativas. No caso em questão, isso indica que são locais mais novos. Nessa unidade, isso significa que há apenas três camas no alojamento, podendo receber menos internos por vez. No entanto, um jovem alojado nesse modelo me disse que havia seis jovens, incluindo ele, no alojamento, sendo dois deles baleados em recuperação.



feitos: os computadores seriam utilizados para, ao menos, uma atividade.

Os espaços tinham paredes descascadas e/ou queimadas, um ar cinzento que compunha uma atmosfera densa. Um dia, após uma chuva muito forte na cidade, algumas salas da unidade estavam alagadas e o pátio estava repleto de baratas, que ocupavam tanto o chão quanto as paredes. Internos, agentes e faxineiras, todos pontuavam o nojo que sentiam dessa cena, que revelava que tudo ali estava fora de lugar. A paisagem degradante e degradada apontava para um potencial contaminante do espaço, cujo perigo era contaminar aqueles e aquelas que por ali circulassem. A ambiência suja expressava uma desordem que era fonte de poluição e perigo (Douglas, 1966).

## OS JOVENS E A HIGIENE

Contra a sujeira da unidade socioeducativa, os internos esforçavam-se para garantir a ordem e a limpeza em seus alojamentos, os *QGs*<sup>13</sup>, bem como o seu asseio pessoal. A esse respeito, era comum algum deles se atrasar para a oficina e os demais afirmarem que ele *devia estar se arrumando*, explicando que tomavam banho, penteavam o cabelo e, dentro das suas restritas possibilidades, investiam em manter uma boa aparência, com os cabelos sempre bem cortados, barbas e sobancelhas feitas e alguns deles, inclusive, com as unhas bem cuidadas. Seus chinelos brancos estavam sempre limpos, bem como as blusas do uniforme também brancas, que não possuíam manchas.

Com um *ritmo* (modo de funcionamento) próprio em cada galeria e pequenas variações em cada *QG*, os jovens imputavam uns aos outros uma rígida rotina de limpeza diária: após todas as refeições<sup>14</sup>, varriam o *QG* e uma vez por semana faziam uma faxina, utilizando produtos cheirosos, como shampoo e desodorante, em caso de ausência de produtos próprios de limpeza – que podiam ser proibidos e/ou regulados pela direção da unidade. Essa rotina produzia um ordenamento do espaço que diferia do aspecto sujo de outros ambientes da unidade, garantindo a limpeza e a ordem a partir de rituais de higiene (Douglas, 1966). A rotina de higiene se tornava um tensionamento aos atributos poluidores e às condições degradantes do espaço que os desvalorizavam moralmente<sup>15</sup>.

---

13 Expressão utilizada para referirem-se aos seus alojamentos em referência ao termo militar Quartel General (QG).

14 As refeições eram normalmente servidas no interior dos alojamentos. Segundo os internos, após uma ordem da juíza da Vara de Execuções versando sobre a necessidade de que saíssem dos alojamentos, o CENSE Dom Bosco passou a rotacionar os alojamentos que comeriam no pátio, sendo um diferente a cada refeição.

15 A pesquisadora não teve acesso aos alojamentos, de modo que esse era o relato dos jovens a respeito da sua organização do espaço.

No dia após a chuva, ao serem perguntados se havia baratas em seus alojamentos, alguns jovens responderam que não, com cara de nojo e indignação pela própria pergunta, enquanto outros diziam que as galerias foram infestadas de baratas e ratos. Essa diferença era decorrente do prédio onde o jovem estava alojado: no *anexo*, construção mais recente, não havia bichos; na *comarca*, galerias herdadas do antigo IPS, havia ratos e baratas, mantidos afastados do interior dos alojamentos. Entre o nojo e a indignação, demonstravam o incômodo com a situação de precariedade que lhes era imposta, reconhecendo, humilhados ou indignados, a possibilidade de contaminação pelo espaço – desumanizador – e, ao mesmo tempo, expressando um saber-se humano, a partir dessas emoções (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021).

Nas linhas abaixo, faz-se uma pequena digressão na narrativa e focaliza-se os banheiros da unidade, bons analisadores dos modos de distribuição e produção de corpos e seus atributos morais no espaço.

## OS BANHEIROS: ANALISADORES MORAIS

Os banheiros dos alojamentos tinham um chuveiro, um vaso e uma pia. Sem porta, contavam apenas com uma cortina, fechada principalmente quando *vão quebrar* (masturbar-se), pois a homossexualidade era muito reprimida entre eles, sendo importante manter o erotismo solitário e qualquer referência genital em regime de invisibilidade. Lucrécio<sup>16</sup>, *primeiro mais velho* de seu *QG*, explicou que uma das regras por ele imposta era que os membros do seu alojamento deviam urinar sentados, de modo a não sujar o vaso que será compartilhado por todos os demais<sup>17</sup>. Caso urinassem em pé, além de limpar o banheiro – e não apenas o vaso, pois respingava –, apanhavam dos demais. Havia uma regulação hegemônica para as diversas funções do banheiro (banhar, defecar, urinar, masturbar-se), cada uma com regimes de visibilidade diferenciados, a partir de um pressuposto generificado. Nesse sentido, se “Mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna” (Preciado, 2018)<sup>18</sup>, os jovens em privação de liberdade deslocavam essa fronteira entre masculino e feminino, público e privado, em nome da garantia de um ordenamento do espaço que objetivava a sua limpeza e a preservação de sua humanidade, numa articulação entre limpeza e ordem moral generificada.

---

16 Os nomes utilizados são todos fictícios, de modo a proteger meus interlocutores.

17 Cada alojamento conta com algumas comarcas (camas de pedra), um banheiro com vaso, chuveiro e pia, uma TV, um rádio e um ventilador. Caso um desses últimos quebre, os adolescentes ficam sem, até a direção consertar ou autorizar a entrada de novo equipamento.

18 Disponível em: <https://www.select.art.br/lixo-e-genero-mijar-cagar-masculino-feminino/>. Acesso em: 27 maio 2022.



Assim, as masculinidades no interior de uma unidade socioeducativa se teciam no cotidiano a partir de disputas e conflitos constantes em torno de normas e valores hegemônicos e suas transgressões. A homossocialidade imposta pelo regime de internação heteronormativo e cisgenerificado interpelava os jovens a criarem outras normas e performatividades – como urinar sentado –, a fim não de recusar a heterossexualidade como valor, mas de assegurá-la em um contexto de homossocialidade. Nesse sentido, produzia-se um deslizamento da norma para afirmá-la, mantendo a heterossexualidade como valor, regulando e controlando as possibilidades de exercício de sexualidade no convívio com os demais a partir da violência explícita ou latente.

Os banheiros do DEGASE pareciam organizar algumas relações internas da instituição, também generificadas pois, para cada grupo, havia um banheiro. Havia um banheiro na sala da direção<sup>19</sup>, utilizado pela pesquisadora apenas uma vez e que, antes de me permitir sua utilização, o diretor entrou, deu descarga e organizou o espaço. Ele parecia constrangido com a presença da pesquisadora, como se ela estivesse fora do lugar, embora tivesse ele próprio ofertado a ela seu uso. Havia o banheiro das técnicas, cuja localização não foi especificada, mas no qual era necessária uma chave para utilizá-lo e que em outras unidades frequentadas era o que destinavam à pesquisadora. Havia o banheiro do hall, que ficava logo após a portaria, cuja chave ficava na sala da administração e era utilizado por esses profissionais, em sua maioria homens. Esse foi o designado à pesquisadora no Dom Bosco, do mesmo modo que era na administração que ela deixava sua mochila e celular antes de ir para a sala multiuso. Na primeira vez em que utilizou esse banheiro, um diretor brincou dizendo que era para ela usar sabendo que era um banheiro *padrão DEGASE*. No entanto, ao contrário do que indicava o tom depreciativo, o banheiro era limpo e estava cheiroso! Revelando novamente que a pesquisadora estava fora de lugar, anunciando desordem e perigo (Douglas, 1966) com o seu corpo, o qual desestabilizava a ordem local, não pelo seu potencial poluidor nesse caso, mas pela possibilidade do seu contágio. Um corpo de mulher, branca, pesquisadora, que deveria ser “protegido”, “assegurado”, onde reinava a ordem pelo imperativo da (in)segurança.

A lógica de contágio produzia as relações generificadas no espaço, atribuindo às mulheres – especialmente às mulheres brancas – um padrão de higiene diferenciado, inalcançável em uma “casa de homens” (Hernández, 2018), além de apontar para um duplo fazer de gênero e Estado na produção de uma instituição estatal (Vianna; Lowenkron, 2017). Vale destacar que não foi especificado qual banheiro era atribuído às visitas, mas supomos que fosse o do pátio, onde elas aconteciam. Em geral, a essas visitantes, mulheres negras, em sua maioria, não havia destinação especial de banheiro nem higiene, de modo que é importante demarcar a sua poluição/contágio a partir dos vínculos de afeto com os internos (Padovani, 2015) e do racismo genderizado (Kilomba, 2019) que ali se apresentava de modo velado, os quais produziam um processo de prisionização secundária (Cunha, 2015; Godoi, 2017). Destaco também que não fui

---

19 Existem três diretores nessa unidade: diretor adjunto, diretor técnico, diretor de logística.

apresentada ao banheiro destinado aos agentes socioeducativos e que não cruzei com nenhuma agente mulher.

## A INSALUBRIDADE: SEGURANÇA, TRABALHO SUJO E DESUMANIZAÇÃO

Durante os dois meses e meio de campo no CENSE Dom Bosco, alguns agentes socioeducativos estiveram mais próximos da pesquisa. Todos compartilharam as suas precárias condições de trabalho, enfatizando o fato de que *ninguém os ouvia*. Eles se queixavam das condições insalubres do ambiente de trabalho e da falta do adicional salarial por *insalubridade*, queixa especialmente endereçada à pesquisadora, que supunham possuir um poder de mudança das suas condições de trabalho pela relação com “A Academia”.

G. se junta a nós e ele está MUITO puto! Há baratas espalhadas por todo o pátio. São MUITAS baratas, aglomeradas, aninhadas, vivas e mortas, pelas paredes e pelo chão. Há manchas marrons que parecem cocô de barata na parede nos pedaços pequenos em que não há baratas de verdade. São as mesmas manchas amarronzadas que existem na parede da sala onde realizo as oficinas. O pátio está um pouco molhado, além disso. G. vira para mim e me diz, irritado e meio gritando,  *você é pesquisadora, né? Você tá vendo? Tá vendo esse monte de barata? As condições que a gente trabalha? Você, por favor (imperativo, apesar do por favor) diga a verdade e fale disso, vai que muda alguma coisa, já que você é pesquisadora. Porque a gente trabalha nessas condições e não tem nem insalubridade!!!!* (Relato de G. Diário de campo, março de 2022).

Diante de uma situação bastante degradante, os agentes utilizavam a demanda por *insalubridade* para expressar sua indignação, a partir da qual demonstravam a não naturalização da precariedade que lhes era imposta pelo seu trabalho sujo (Vinuto, 2019). Essa indignação acionava o idioma do nojo e da repugnância (Miller, 1997), por meio do qual reconheciam o perigo físico e moral de contaminação ao qual estavam expostos em seu trabalho.

O nojo tem um importante papel na manutenção e na produção da ordem social, pois por meio dele identificamos aquilo que devemos repelir e aproximar, como o feio e o belo, o mau e o bom (Miller, 1997). É por meio da enunciação de sua indignação e produção de juízo moral negativo sobre a situação em curso que os agentes buscavam humanizar-se e evitar a sua poluição e desvalorização/desumanização, uma vez que a repugnância e o nojo são sentimentos morais e sociais, portanto, necessariamente humanos (Miller, 1997). A *insalubridade*, ao ser reconhecida e evocada, os “protegia” dos perigos de contaminação, pois demarcava sua humanidade e os diferenciava dos jovens e do ambiente *insalubre*, lidos por eles como fonte de poluição física e moral.

Eles produziam, a partir de seus afetos hostis (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021),

uma certa hierarquia social, diferenciando-se dos internos, a quem desprezavam e humilhavam, como forma de manutenção da ordem e de superioridade moral. Os agentes mais próximos da pesquisa eram, em sua maioria, negros e/ou vindos de territórios periféricos, e contavam também sobre suas semelhanças com os jovens, como território de origem, local de moradia, classe social ou percurso de vida para demarcar o modo como trilham caminhos diferentes, moralmente mais valorosos, como tornarem-se funcionários públicos em vez de criminosos, num certo desprezo às trajetórias dos internos. Às vezes, inclusive, relatavam que já *fizeram coisa errada*, mas que amadureceram e mudaram de vida, num movimento que inferiorizava os internos ao infantilizá-los.

Apesar disso, ao se verem comparados aos internos em geral, os agentes se sentiam mais desvalorizados e invisibilizados por atores externos que os jovens privados de liberdade. Se sentiam desqualificados pela Direção Geral do DEGASE, composta por policiais militares e/ou civis que não reconheciam a sua carreira, e eram vistos como *torturadores* pelos órgãos de defesa dos direitos humanos, que apenas protegem os *adolescentes*:

B. me contou que depois de uma chuva/tempestade muito forte que houve lá, a parte por onde circulam os agentes e a equipe técnica, bem como a lavanderia da unidade, estava tudo alagado. Quando foi conferir os alojamentos dos adolescentes, não havia uma gota de água. E ele diz isso irritado, com raiva, como se fosse muito injusto. E segue dizendo: *se fosse lá com os adolescentes, se chove no alojamento, resolvem rapidinho, vem Defensoria, vem fiscalização e vão resolver, mas com a gente não tem interesse* (Diário de campo, março de 2022).

Os agentes se sentiam desvalorizados em sua função, sem reconhecimento, e creditavam parte de sua precariedade à contaminação que viviam e ninguém vê, uma vez que estavam ali nas unidades diariamente, vivendo as mesmas condições insalubres que os jovens e, no entanto, a diferença que faz diferença (Brah, 2006; Cho; Crenshaw; McCall, 2013) aqui era ser menor de idade e privado de liberdade. Daí emergia sua indignação que despreza os jovens e repugna o ambiente de trabalho.

O aspecto degradante do espaço colocava em perigo de desumanização todos os sujeitos que ali habitavam, trabalhavam ou transitavam cotidianamente, ainda que de maneira desigual e assimétrica, construindo suas possibilidades de existência. Se por um lado, o espaço degradava a todos, em suas relações internas, os sujeitos combatiam a precariedade a partir de uma micropolítica das emoções (Carneiro, 2013; Coelho, 2010; Lutz, 2012; Lutz; Abu-Lughod, 1990; Víctora; Coelho, 2019), criando formas de hierarquia e superioridade por meio de afetos hostis, como nojo, repugnância e desprezo (Miller, 1997), que os diferenciam dos demais e do espaço. Se os jovens buscavam se diferenciar dos elementos poluidores pelas práticas e regras de higiene, os agentes socioeducativos faziam isso por meio da demonstração da *insalubridade* de sua atividade laboral, no reconhecimento das características degradantes do espaço e na constante comparação com os jovens, que eram por eles depreciados, mas apareciam em suas

narrativas valorizados e protegidos por outras entidades estatais.

Ambos buscavam uma forma de humanizar-se e separar-se da poluição moral que o ambiente parecia impor, com as baratas à mostra, o cabelo no chão e a sujeira nas paredes. Ao nomeá-las como tal ou criarem formas de manter a sujeira afastada, mostravam a não-naturalização e não-normalidade de sua poluição, acionando sua humanidade pelo nojo que sentiam do espaço que os contaminava, com seus perigos físicos e morais. E agenciavam a pesquisadora para observar e denunciar não a falta de higiene das pessoas que ali habitam, mas o descaso de outras instâncias da administração estatal para a vida que ali acontecia.

Assim, a espacialidade da unidade socioeducativa expressava as múltiplas relações e tensionamentos que lá existiam, revelando, por meio dos afetos, as diferentes posições sociais, generificadas e racializadas, de seus atores, bem como as estratégias de contenção do contágio e de gestão dos riscos agenciadas por eles. Neste espaço, a impureza fluía por entre as grades, podendo contaminar a todos e, diante deste risco, criava-se uma tensão constante, uma atmosfera de medo e receio, que antecipava o contágio a fim de evitá-lo e, nesse mesmo movimento, acabava por produzi-lo.

## A ATMOSFERA DO MEDO: *NEUROSE*, RUMOR, VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA SUTIL

Nesse contexto de privação de liberdade, em que as violações de direitos eram antecipadas e a repugnância produzida pelo espaço era uma forma de humanização, havia sempre uma violência à espreita, um rumor de uma punição por vir, um estado de *neurose* constante, uma tensão pré-existente que aguardava sua implosão. Tensão que era tanto por eventos atuais quanto virtuais, composta de fatos e de rumores, de racionalidade e magia, que juntos costuravam um modo ilegível de fazer Estado (Das, 2020), com efeitos concretos sobre a vida que ali acontecia. Os rumores e as *neuroses* – sempre matérias afetivas – foram se formando no processo de pesquisar em um espaço de confinamento. Tomamos o corpo da pesquisadora de empréstimo para as reflexões menos como fonte de uma ilusão biográfica (Bourdieu, 1986) e mais como um analisador dos modos de circulação de determinados afetos entre os diversos atores institucionais, particularmente do medo e da *neurose*, e dos efeitos de separação entre corpos que isso produz.

Na primeira conversa com a direção, o diretor apresentou seu receio de que a pesquisadora estivesse sozinha com os jovens durante o *atendimento*, pois seria *juridicamente responsável* pelo que acontecesse ali como se fosse uma profissional da unidade, insinuando a possibilidade de que os jovens perpetrassem alguma violência uns contra os outros. Em seguida, a profissional

da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire<sup>20</sup> que acompanhava a conversa tranquilizou a pesquisadora. Ela demarcou que ela não estaria *atendendo*, pois não era profissional da unidade e que ela tinha todas as autorizações necessárias para o trabalho, sendo necessário adotar apenas os protocolos comuns: não poderia filmar, nem gravar, nem fotografar os adolescentes e o agente ficaria na porta (do lado de fora). O diretor sorriu diante disso e disse em tom piadista que: *se acontecer alguma coisa é só gritar que o agente ouve* e complementou que *normalmente pessoas assim de fora, professores, os meninos respeitam, eles gostam*.

Sem dizer uma palavra sobre violência, perigo e ameaça, o diretor introduziu na conversa a suposta periculosidade dos jovens em conflito com a lei e o perigo de trabalhar no espaço, localizando a pesquisadora, a partir de sua exterioridade, como “em risco” ou responsável pelas ações dos internos – leia-se, sua periculosidade –, caso não se submetesse ao modo de funcionamento da unidade. Nesse sentido, a forma como era lida pela instituição, realizando um *atendimento* e sendo *de fora*, circunscrevia o modo de relação que poderia ter com os jovens, no qual, caso não *gostassem de mim*, eu deveria *gritar aos agentes*, tomados como aqueles que a “protegeriam”, garantindo a sua segurança. Essa interação ressoava com uma série de discursos hegemônicos e racistas que associam os corpos negros dos jovens internos à violência e periculosidade, ecoando junto à sensação de vulnerabilidade e perigo físico que o corpo de mulher branca da pesquisadora experimentava ao adentrar o espaço. Sem uma forma definida, mas apenas como uma sensação instaurada de risco e incerteza, a pesquisadora foi introduzida na região do rumor (Das, 2020), que “nunca é meramente um pensamento privado, ele é sempre construído e transmitido num complexo tecido de troca social” (Menezes, 2020).

A questão da ambiguidade e possibilidade de risco também aparecia com frequência na proibição concernente a alguns objetos/materiais de uso cotidiano, como lápis de cor e biscoitos recheados. Os lápis são considerados objetos perfurocortantes, que carregam um potencial de agressão. Os jovens podiam apenas utilizar giz de cera. Antes de ser informada deste risco, a pesquisadora costumava deixar a sua lapiseira com os jovens durante o grupo. A sinalização do perigo mudou automaticamente sua postura, produzindo uma regulação tensa sobre com quem e onde estava a lapiseira – e, conseqüentemente, todo o restante do material que ela levava. Ao notarem seu olhar atento, os jovens provocavam, perguntando ironicamente se ela não *confiava* neles. Quanto aos biscoitos, a proibição derivava, segundo um agente, da possibilidade de *colocarem entorpecentes no recheio*<sup>21</sup>. Em ambas as situações, o que estava em jogo era a transformação por meio da incerteza do possível em provável, dando força à virtualidade dos

---

20 Órgão do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro responsável pela aprovação e acompanhamento das pesquisas realizadas no interior das unidades socioeducativas.

21 *Eles*, sujeito genérico, se torna o objeto de uma possível ilegalidade e controle, sendo confundido com os internos, embora *eles* só pudessem ser uma referência aos familiares que levam comidas e objetos para os jovens ao longo da internação. Esse processo de confusão e mistura entre familiares e presos pela administração prisional é chamado de prisionização secundária. Para mais, ver: Cunha (2015).

objetos e dos jovens, a partir de um rumor que fazia do pior que podia acontecer aquilo que provavelmente aconteceria todas as vezes (Das, 2020).

Vale destacar que embora essas proibições tenham sido apresentadas, elas eram cotidianamente desfeitas por determinados atores, aumentando o grau de incerteza sobre os eventos possíveis e reduzindo a tranquilidade das interações. Por exemplo, um dos diretores parecia intrigado com a proibição do biscoito recheado por sua possibilidade de conter entorpecentes e autorizou a entrada de um Bis, o que foi vetado pelo agente que fiscalizava os itens da visita, alegando que ficaria uma regra diferente para os jovens da oficina e os demais, *tem que ser a mesma coisa para todo mundo*. A troca do motivo para manter a proibição evidencia que as pessoas encarregadas de implementar as regras têm dificuldade de compreendê-las em um cenário de incerteza (Das, 2020) e as repetem irrefletidamente como forma de manutenção da ordem das coisas, da vida como ela é (Ahmed, 2004). Por outro lado, nesse mesmo dia, ao final da oficina, os jovens comentaram com o agente que foi encerrar a atividade sobre a proibição do biscoito e esse agente, acolhendo a demanda dos jovens, disse que, caso o diretor autorizasse, ele se responsabilizaria por checar um a um os biscoitos e depois entregá-los aos jovens em seus alojamentos – onde havia jovens que não eram da oficina e teriam acesso ao objeto “ilegal”. E assim foi.

Essas regulações variadas criavam na pesquisadora uma desconfiança e um estado de vigilância contínua de seus movimentos na instituição, uma vez que não conseguia mapear o que seria ou não regulado, nem por quem ou quando. Dessa forma, era impossível localizar o risco, pois tudo era variável, menos o fato de que haveria uma regulação e, portanto, uma ameaça iminente, numa sensação próxima a “incerteza certa da tortura” (Taussig, 1993). Assim, ela nunca foi revistada ao entrar na unidade, mas uma vez foi solicitada a deixar seu celular na portaria; sua vestimenta também foi apenas uma vez regulada, marcada como *decotada* e foi solicitada a pôr um casaco, que cobria apenas seus braços. Nessas exceções, que confirmavam a regra, parecia haver mais uma performatividade do exercício de poder para evidenciar a sua externalidade e visibilizar o “perigo” que corria.

Essa sensação de perigo iminente se construía não pelas cenas de violência e agressões de fato presenciadas, mas pela atmosfera de medo criada pelo rumor, com o qual se antecipava e produzia esta mesma violência que se queria evitar (Menezes, 2020). O modo como a unidade geria a “(in)segurança” produzia o perigo que continha. Nesse sentido, um agente dizia que na internação *os moleques ficam mais [...] mais agressivos porque sabem que vão ficar agarrados aqui um tempo*; outro afirmava que o *lugar mais seguro* para os jovens é o alojamento, *é onde tem menos risco de fuga*, pois as circulações dos internos eram um risco.

Essas falas se compunham com as imagens dos espargidores de pimenta sempre à mostra sobre a mesa dos agentes, dos jovens chegando em vans que pareciam camburões, algemados, entrelaçados pelos braços, e circulando pela unidade de braços para trás e cabeça baixa, num repertório corporal que se repetia imediatamente a cada saída para áreas comuns. Neste jogo



entre segurança e ameaça, construía-se a imagem aparentemente paradoxal do suposto perigo iminente que os jovens apresentavam, a partir da vulnerabilidade extrema que se imprimia sobre eles. Pouco a pouco, o medo disforme que a pesquisadora sentia naquele espaço ia se transformando em um outro, os jovens, que era temível (Das, 2020). Transmutação essa feita a partir do rumor que produzia a suposta “violência” dos internos ao anunciar a “fragilidade” dela, ainda que a vulnerabilidade em jogo fosse a desses sujeitos lidos como “ameaçadores” (Ahmed, 2004) e não a da pesquisadora.

## O MEDO E A NEUROSE

Certo dia, durante uma atividade com os internos todas as luzes se apagaram, o ar-condicionado desligou e estavam a pesquisadora e os três participantes de repente imersos no breu. Sem janelas, com a porta da sala fechada, mal enxergavam uns aos outros sentados próximos em círculo. Era um blecaute? O anúncio de uma rebelião? Uma revista aleatória nos alojamentos? Não havia indício do que havia acontecido, de maneira que todos partilhavam essa ignorância e a sensação de perigo que dela emergia. No entanto, embora o medo circulasse entre todos, não era o mesmo medo. A pesquisadora temia o que os jovens poderiam fazer com ela – de acordo com a sua fragilidade construída pela instituição – e os jovens temiam o que poderia ser feito deles num contexto de desordem em que seriam tomados como as ameaças e se viam por isso ameaçados. Cada um atualizava medos que possuíam uma história de associações pregressas, que nesse encontro os separava, criando seus corpos como apartados – mulher branca pesquisadora e jovens negros internos, ainda que estivessem unidos pelo breu.

Passados alguns segundos, a pesquisadora abriu a porta, iluminando o interior da sala. No pátio, os agentes não estavam em sua mesa, havia apenas um grupo deles saindo do pátio com uma cadela, eram do curso de adestrador que acontecia na sala multiuso. Ela tentou chamá-los sem sucesso e foi conferir o disjuntor, que ficava na lateral externa da sala onde estava, deixando os jovens sozinhos por uns instantes. Enquanto ela mexia no disjuntor, os agentes da mesa reapareceram justificando o ocorrido: é que ele não sabia que tinha ninguém aí e desligou tudo. Em outra ocasião, um agente entrou na sala durante uma oficina para perguntar se foi essa a pesquisadora que eles trancaram na semana passada, *porque às vezes a gente fica distraído aqui embaixo e se esquece, sabe como é. Aí fomos embora e trancamos até o portão do pátio.*

Diante de tantos controles, regulações e da narrativa de risco iminente, a unidade parecia incapaz de gerir as atividades que ali ocorriam, oferecendo uma justificativa trivial para eventos que deveriam ser pouco usuais. Isso criava um estado de tensão, uma *neurose* em que havia um risco sempre anunciado, mas a proteção, a segurança tão anunciada, falhava. Ao falhar, a lógica securitária fazia circular o medo e a desconfiança, articulando relações e produzindo corpos

apartados a partir da linguagem do medo (Ahmed, 2004).

Na semana seguinte a esse episódio, a oficina ocorreu com apenas dois destes três jovens e, conversando sobre episódios da *pista*<sup>22</sup>, contaram da diferença entre medo e neurose.

Lucrécio me diz que isso é neurose, que eu *bati neurose* e quando pergunto a diferença entre medo e *neurose* entendo que na *neurose* tem medo, mas é de algo que pode acontecer e não de algo que está acontecendo. O medo tem a ver com a situação que está rolando de fato (Diário de campo, março de 2022).

*Neurose* era achar que as *minas* iam traí-los em qualquer situação e agirem receosos por isso, *neuróticos*. Em um estudo sobre a categoria “neurose” nas periferias do Rio de Janeiro, a partir das galeras funk, Carla Mattos (2006) demonstra sua relação com um novo modo de domínio de território pelo tráfico de drogas, que implica em um “[...] sentimento e conduta ameaçadora” (Mattos, 2006, p.68), em que há um risco de violência iminente pelas disputas entre facções e/ou com a polícia, criando um “clima de tensão permanente e perturbador” (Mattos, 2006, p. 54). Assim, a situação do apagão estava entre a *neurose* e o medo, pois algo fora da ordem esperada de fato aconteceu, mas sua causa não era disruptiva da ordem. Nesse sentido, o medo era uma reação à ameaça possível de violência, não sendo necessariamente consequência de uma ameaça objetiva (Ahmed, 2004), havendo um deslizamento entre a *neurose* e o medo, que fortalecia a tensão em vez de dissolvê-la, construindo o mundo, no caso, o CENSE Dom Bosco, como local ameaçador, constituído de condutas ameaçadoras, *neuróticas*. Isso produzia um estado de desconfiança contínuo entre todos.

Não era uma sensação construída por um evento isolado, mas por um conjunto de eventos. Era, por exemplo, a responsabilidade que delegavam à pesquisadora pela ação dos jovens, a preocupação com a sua vida articulada com o apagar das luzes, a ausência dos agentes na mesa e a pergunta de um agente, durante um dos grupos, se foi ela que ficou trancada na semana passada. Era a atmosfera criada pela tessitura dos fios, de modo a dar uma certa consistência atual a um medo virtual, gerando uma paranoia institucional, uma *neurose*, em que a pesquisadora tentava antecipar os controles que a instituição iria impor e regular de antemão os internos durante as oficinas, de modo que nem eles nem ela fossem retaliados por algum comportamento. Enquanto isso, tentava construir uma relação de confiança com os jovens, que era solapada pelo olhar de soslaio e pela tensão do encontro que tecia nossos corpos como separados, diferenciados, eles presos, negros, ela, pesquisadora, branca, “livre”, em uma expressão relacional de assimetrias estruturais e sociais de raça, gênero, classe e idade.

Uma das últimas atividades com os jovens foi com a utilização do computador da sala de informática, como havia sido combinado no primeiro encontro. Tudo correu bem por uma hora, após esse período, entediados, os jovens começaram a pesquisar no google por “Guerra

<sup>22</sup> Categoria nativa que se refere ao momento em que estavam livres. Pista como rua, oposto a cadeia, prisão.

em XYZ”, “Operação policial em XYZ”, em que XYZ eram seus territórios de origem não identificados aqui para que eles não sejam também identificados. Os internos buscavam as notícias e imagens, comentando sobre os armamentos utilizados, apontando os “procurados” ou “presos” que conheciam, exaltando-se, animados.

Enquanto isso, a pesquisadora temia que algum agente entrasse na sala e os visse fazendo algo “que não deviam”, porque se lembrava de ter ouvido dizer – um rumor – em outros trabalhos no DEGASE, que os jovens não podiam ter acesso a informações sobre o crime para não prejudicar seu processo de ressocialização – embora assistissem televisão o dia inteiro. E temia o que isso geraria para ela na relação com a instituição. E quanto mais *cheia de neurose* ficava, mais desprezava aquelas imagens e entrava na dinâmica dos afetos hostis presentes no espaço. Diante da recusa em saírem das páginas “proibidas”, a pesquisadora desligou o computador pelo botão da CPU, depois de muitas tentativas de negociação. Os jovens, então, encerraram a atividade que ainda poderia durar 20 minutos e voltaram para os seus alojamentos, demonstrando descontentamento. Nesse dia, a pesquisadora materializou na oficina um Estado mágico, onisciente, que os observava a todo instante, violento, panóptico (Foucault, 2014) e, diante disso, a reação dos internos não foi de violência física, ao contrário da crença institucional produzida sobre sua *agressividade*.

No mesmo dia em que conversaram sobre medo e *neurose*, os dois jovens presentes flertaram abertamente com a pesquisadora, que tentava contornar a situação sem conseguir dar um limite claro. Com 18 e 19 anos, respectivamente, eles desqualificavam seu relacionamento, por não morar com meu companheiro, perguntando se ela ficava com homem mais novo, se ela os achava bobos, até por fim, a encurralarem, chamando no *papo reto*: *Tem coragem? Tem coragem de ficar com bandido?* Sua *neurose*, sempre presente, porém variada, girava em torno dos rumos da pesquisa e na destruição de sua autoimagem com sua resposta negativa, que evidenciava a sua branquitude e suas diferentes posições nas hierarquias sociais, em uma expressão de racismo generificado. Esse arranjo complexo dos seus marcadores sociais de diferenciação interseccionados naquele espaço que os confinava, construía para eles o corpo da pesquisadora como um ideal de *mulher decente*, que os faria *sair dessa vida*, e construía o deles para ela como homens temerários, dominadores, criminosos e fortes, cuja lei era do domínio masculino (Hernández, 2018).

Longe de ter impossibilitado a continuidade do grupo, a negativa abriu a possibilidade de que um dos jovens relatasse as situações de preconceito que já viveu e refletisse sobre a dificuldade de *sair dessa vida*, por uma série de questões estruturais, como o racismo e a desigualdade social, demarcando os processos de vulnerabilização aos quais estava submetido desde antes da internação. Sua pergunta trazia a tentativa de elaboração de uma violência indizível pela sua descida ao ordinário – *tem coragem de ficar com bandido?* -, fazendo emergir

o conhecimento venenoso (Das, 2020)<sup>23</sup> de um sofrimento social e do racismo que, embora corporificado, era simultaneamente coletivo e individual, efeito de um fazer do Estado que distribui desigualmente o sofrimento (Kleinman; Das; Lock, 1997). Dar o *papo reto* permitiu a abertura de um jogo de linguagem que colocou em evidência nossas diferenças construídas por processos coloniais, históricos, culturais, sociais e relacionais, dando as condições para uma relação construída não de fantasias de perigo, mas pela realidade das nossas interações.

## A VIOLÊNCIA SUTIL E O HORIZONTE DA *DIMAIOR*

O CENSE Dom Bosco é atualmente a unidade do DEGASE para onde são encaminhados os jovens em cumprimento de MSE de internação próximos da maioridade. Segundo o ECA (Brasil, 1990), os adolescentes em conflito com a lei são aqueles que cometem atos infracionais entre os 12 e 18 anos incompletos, podendo cumprir medidas socioeducativas até os 21 anos incompletos. Aos 21 anos, suas MSE são compulsoriamente revogadas, seu percurso infracional é “apagado” e os Mandados de Busca e Apreensão (MBA) expedidos até os seus 18 anos perdem a validade. Assim, os participantes das oficinas tinham entre 17 e 20 anos, sendo todos maiores de idade à exceção de dois deles.

Embora estivessem numa unidade socioeducativa, a maioridade os fazia recorrentemente falarem sobre a *cadeia dimaior*, horizonte do qual desejavam se afastar e que se presentificava em seu cotidiano pela ameaça constante de serem transferidos para lá. Sendo maiores de idade, caso cometessem alguma infração dentro da unidade socioeducativa seriam levados a uma delegacia, seria feito um Registro de Ocorrência e dali seriam encaminhados a um presídio, no qual cumpririam pena pela nova infração. Segundo os jovens, *os funcionário provoca, eles quer que nós brigue* para que sejam levados à *dimaior*. Joaquim contou que um agente, ao vê-lo conversando e gesticulando muito dentro do alojamento, deu-lhe um *caixote*, um tapa na cara, afirmando que Joaquim o estava ameaçando. Ele foi acalmado por outro agente e, nesse momento, percebeu que havia entrado sozinho no alojamento e todo o *QG* havia se levantado. Eles afirmaram que se um agente agride um deles, o *QG* inteiro briga junto. Eles evitam brigar,

---

23 Segundo Veena Das, há determinadas violações que se enunciadas no campo da linguagem colocariam o próprio estatuto da vida em questão, de modo que elas podem apenas ser mostradas, cabendo a quem vê a tarefa de *reconhecê-las* e, assim, criar novos contornos para elas, investindo na possibilidade de viver com o que se perdeu (sujeito que emerge da violação) e de dar lar ao que morreu ou se perdeu (o sujeito que foi violado). Há um deslizamento entre as violências indizíveis/extraordinárias e as violências cotidianas, que transportam os sentimentos daquelas para estas, atualizando-o. Nesse sentido, na relação com os jovens há uma descida de uma violência extraordinária, do racismo estrutural e das desigualdades históricas e sociais que marcam nossos corpos diferencialmente, para o ordinário, para uma relação cotidiana na qual é possível dar forma àquela violência antes indizível.

especialmente com os agentes, *mas não tem sangue de barata, nós faz o que precisar fazer.*

Os jovens, por vezes, comparavam o CENSE Dom Bosco com a Escola João Luiz Alves (EJLA), chamada pelos internos de *mansão*, unidade SE para onde são destinados os jovens entre 12 e 16 anos. Eles afirmavam que na *mansão é mais tenso*, pois *lá os menor não liga de fazer merda*, pois sabem que sairão em, no máximo, três anos. Também afirmavam que na EJLA, os funcionários são *mais lokão*, sendo uma relação com mais atritos e violências, em que não existia o acordo do *respeito dado é recebido*. Segundo os participantes da pesquisa, funcionário é o agente que tranca nós no alojamento e que dá tapa na cara, dão tapa na cara de quem faz o que eles não gosta. Assim, os internos no CENSE Dom Bosco evitavam criar situações em que os *funcionários* ficassem *cheio de neurose* e agissem violentamente – o que implicaria em uma provável resposta também violenta dos jovens. Isso significava que o modo de articulação e tensionamento entre internos e agentes possuía uma configuração específica no CENSE Dom Bosco, demarcada pelo horizonte prisional. Era uma relação tecida em uma atmosfera de tensão e medo constante sob uma aparente tranquilidade, forjada pela evitação de um destino ainda pior, a prisão.

Sendo uma unidade trampolim para outras instituições punitivas, a ausência de conflitos na unidade era o silêncio que mostrava o medo contínuo dos internos de serem levados, muitas vezes discricionariamente, para uma unidade prisional, onde se sabiam mais violentados. Essa arbitrariedade e a constância das punições e sanções levava alguns participantes a afirmarem que a internação era pouco efetiva porque *muitos saem revoltados* pela subjugação violenta e o medo contínuo. Nesse sentido, os afetos apareciam como aquilo que era regulado e gerido pela racionalidade de Estado (Laszczkowski; Reeves, 2017; Padovani, 2015; Stoler, 2007), como meio de constituir a prisão em sua eficácia. A eficácia da prisão – e demais instituições de privação de liberdade – não está em prevenir o crime, mas em operar como uma tecnologia de gestão de desigualdades (Fassin, 2019) e de populações (Garland, 2001), sendo uma tecnologia de governo de corpos (Foucault, 2014). Assim, os afetos como medo e *neurose* são o produto e o instrumento de um modo de fazer prisão que cria corporalidades e modos de relação entre atores e com a própria instituição.

A cadeia *dimaior* aparecia como critério comparativo dos internos quando, por exemplo, perguntava como era a comida na internação e diziam que era *melhor que da dimaior, que é estragada*, destacando uma condição mínima de sobrevivência acessada por eles. Sem falarem explicitamente da *dimaior*, reconheciam as diferenças de sua atual condição na naturalidade em que afirmavam que na internação podiam banhar-se quantas vezes quisessem, além de não sofrerem com a escassez de água. Ao serem perguntados se ali era *cadeia*, os jovens afirmavam: *aqui é cadeia, tamo privados de nossa liberdade*. Assim, a *dimaior* aparecia em suas rotinas institucionais como um vulto, regulando seus modos de habitar a internação, demarcando as semelhanças e diferenças, a sintonia entre a socioeducação e a prisão (Mallart, 2011). O CENSE Dom Bosco era uma unidade limítrofe entre gramáticas punitivas que conformavam tanto o

comportamento dos internos quanto o dos agentes estatais, revelando que as *cadeias* não são homogêneas (Mallart, 2019).

Além disso, a perspectiva de continuar ou de sair da “vida do crime” aparecia como uma discussão mais séria, uma vez que se continuassem *nessa vida*, a *dimaior* aparecia como destino quase certo, tensionando suas escolhas. A *cadeia dimaior*, em sua proximidade, fazia com que os jovens desejassem *tirar a cadeia tranquilos* e os forçava a se depararem com um futuro aprisionado, em que se viam quase sem saída. Nesse sentido, a tranquilidade que estranhava na unidade escondia medos, receios e *neuroses* dos jovens em relação a seu futuro e ao horizonte prisional que parecia se aproximar. Esse cenário de violência e sofrimento se inscrevia na pele mesmo antes da internação e permanecia nas escolhas impossíveis dos caminhos a trilhar. O CENSE Dom Bosco possuía uma calmaria violenta, pois sua ruptura ou até mesmo a antecipação pelos agentes de sua ruptura implicava numa continuidade punitiva que, embora virtual, parecia não ter fim:

O afeto produzido sobre os registros do virtual e do potencial, do medo que é real, mas não necessariamente concretizado em eventos, vem a constituir a ecologia do medo na vida cotidiana. Potencialidade não tem, aqui, o sentido de algo que aguarda às portas da realidade para fazer sua aparição, e sim o que já está presente” (Das, 2020, p. 31).

Assim, os rumores da violência e a ameaça de punição agiam sobre os internos como violências reais, atuais e cotidianas, embora sutis, uma vez que pareciam que ainda não eram ou que poderiam ser muito piores.

O CENSE Dom Bosco, portanto, era vaso comunicante (Godoi, 2017) entre dois regimes de governamentalidade distintos e contínuos entre si, socioeducação e prisão, sendo o primeiro marcado pela égide da proteção e tutela, que maquiava o seu caráter punitivo; e o outro, propriamente punitivo, cuja virtualidade aumentava o grau de coação e *neurose* dos internos. No cotidiano do CENSE Dom Bosco se delineava a fronteira institucional para a prisão, ora como sua irmã siamesa, ora como local distante e gravoso, engendrando uma regulação de fluxos entre eles e traçando diferentes modalidades de apresentação do Estado. O resultado era um cotidiano aparentemente “mais tranquilo” nesta unidade, repleto de tensões silenciosas e violências sutis, construído sobre *neuroses* e variadas tecnologias punitivas, que tinham nos afetos produzidos e em tensão parte da sua base de constituição.

## SOCIOEDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E AFETOS HOSTIS

Em síntese, adentrar uma unidade de privação de liberdade é adentrar um espaço regulado pela *incerteza certa da tortura* (Taussig, 1993). O modo como os diversos atores se



relacionavam e como antecipavam o comportamento dos demais, sempre lido como ameaçador ou com desconfiança, era regulado por uma *neurose* de perigo iminente, em que a virtualidade da violência – e também da punição ainda maior – instituíam o medo. Esse medo, tecido em nome de situações possíveis e futuras, fazia agir no presente, regulando as possibilidades de circulação e interação dos jovens e dos demais atores institucionais. O medo e a *neurose* deslizavam de um para o outro, fazendo circular afetos, corpos, objetos e substâncias, abrindo e fechando portas, ligando e apagando as luzes, em uma operação quase mágica dentro de uma racionalidade de controle contínuo, instanciando o Estado como um vulto que estava sempre ali, sem que nunca fosse visto ou tocado (Das, 2020). Os afetos participavam e eram instrumentos de uma gestão de fluxos, própria a espaços de confinamento (Godoi, 2017; Mallart, 2019).

Eram rumores de violências futuras, que escamoteavam as violências presentes, mais sutis, mais cotidianas, encarnadas nos ombros tensos, nos pesadelos, no medo de tudo e de todos que se instaurava, na aparente tranquilidade. Os agentes com medo dos internos, porque *os moleques não são brincadeira*, porque *já teve arma apontada para ele dentro da unidade e quase morreu*; com medo da vida fora da unidade, restringindo sua mobilidade na cidade, com medo de encontrar por acaso algum ex-interno na *pista*, com medo de serem contaminados pela *insalubridade*. Os jovens com medo dos agentes pela possibilidade de exercício de poder sobre seus corpos vulnerabilizados na internação, com medo de cometerem novas faltas e irem para a *cadeia dimaior*, *cheio de neurose*. E a pesquisadora com medo dos jovens e dos agentes pelo anúncio constante de sua fragilidade e do perigo que corria.

Desse modo, os afetos hostis produziam o medo, a repulsa, instituíam a diferença hierarquizada entre os atores, e ao se estabelecerem, antecipavam a violência de corpos vulnerabilizados, faziam circular os rumores, os ombros tensos, os espargidores sobre a mesa, a cabeça baixa, os braços para trás. E estes, por sua vez, reforçavam a dinâmica dos afetos, fazendo funcionar uma instituição socioeducativa em que parecia não haver escapatória para o medo, a violência e os afetos hostis. É nesse sentido que o CENSE Dom Bosco operava por uma violência sutil, escamoteada de tranquilidade. Violência essa aparentemente pequena, pois cotidiana, mas que traz em si elementos de um contexto mais amplo, conectando individual e coletivo, dentro e fora da cadeia. Uma violência sutil que não era exibida como as agressões tantas vezes relatadas, mas que grudava na pele, que fazia todos e cada um, agentes da distribuição desigual do sofrimento, numa reprodução contínua de posições já instituídas na hierarquia social. Era nesse contexto de violência, medo, *neurose* e afetos hostis que os jovens teciam uma vida possível.

## REFERÊNCIAS

1. AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
2. BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 26, p. 329-376, 2006.
3. BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.082**. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
5. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Actes de la recherche en sciences sociales**, [s. l.], v. 62-63, p. 69-72, 1986.
6. CAMATTA, Clara da Silva. **Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro**. 2022. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bddd.uerj.br:8443/handle/1/19760>. Acesso em 8 out. 2024.
7. CARNEIRO, Rosamaria. Antropologia das Emoções: retomando concepções e consolidando campos. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 647–652, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000200017>. Acesso em: 7 out. 2024.
8. CHO, Sumi; CRENSHAWN, Kimberlé Williams; McCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **Intersectionality: Theorizing Power, Empowering Theory**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/669608> Acesso em 13 de out. 2024.
9. COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200001>. Acesso em: 7 out. 2024.
10. CUNHA, Miguel. **Da relação prisão-sociedade: atualização de um balanço**. Em: Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos. Minho: Mundos Sociais, 2015.
11. DAS, Veena. **Vida e palavra: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
12. DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Apresentação do Dossiê “Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social”. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, p. 10–29, 20 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8898>. Acesso em: 7 out. 2024.

13. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1966.
14. FASSIN, Didier. **A sombra do mundo**: uma antropologia da condição carcerária. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
15. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
16. GARLAND, David. **Mass imprisonment**: social causes and consequences. London: SAGE, 2001.
17. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.
18. HERNÁNDEZ, Jimena de Garay. **O Adolescente dobrado**: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15184>. Acesso em: 8 out. 2024.
19. KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
20. KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.
21. LASZCZKOWSKI, Mateusz; REEVES, Madeleine. Introduction: affect and the Anthropology of the State. In: LASZCZKOWSKI, Mateusz; REEVES, Madeline (ed.). **Affective States**: Entanglements, Suspensions, Suspicions. Warsaw: Berghahn Books, 2017. p. 11-24
22. LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, p. 93-107, 2006.
23. LUTZ, Catherine. Antropologia com emoção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 213–224, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000100008>. Acesso em: 7 out. 2024.
24. LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
25. MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas**: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15062012-153941/pt-br.php>. Acesso em: 8 out. 2024.
26. MALLART, Fábio. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia,

- Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-30102019-185218/pt-br.php>. Acesso em: 8 out. 2024.
27. MATTOS, Carla dos Santos. **No ritmo neurótico: cultura funk e performances ‘proibidas’ em contexto de violência no Rio de Janeiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/8457>. Acesso em: 8 out. 2024.
  28. MENEZES, Palloma. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia.** João Pessoa, v. 4, n. 12, p. 21-42, 2020. Disponível em: <https://grem-grei.org/numero-atual-socurbs/>. Acesso em: 8 out. 2024.
  29. MILLER, William Ian. **The anatomy of disgust.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.
  30. OLIVEIRA, Maria Liduína. **Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes.** São Paulo: Editora Unifesp, 2011
  31. PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona.** 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953777>. Acesso em: 8 out. 2024.
  32. PRECIADO, Paul. Lixo e Gênero. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino. **Parole de Queer**, [s. l.], abr. 2018. Disponível em: <https://paroledequeer.blogspot.com/2013/09/beatrizpreciado.html>. Acesso em: 8 nov. 2022
  33. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório Temático do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ): Presídios com Nome de Escola: Inspeções e Análises sobre o Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2017.
  34. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2018.** Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2018.
  35. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2019:** Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2019. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2019.
  36. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2020:** Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2020. Rio de Janeiro: Mecanismo

- Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2020a.
37. RIO DE JANEIRO (Estado). **Covid-19 no sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2020b.
38. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2021**: Relatório anual do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro 2021. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2021.
39. SANCHEZ, Patrícia. **Práticas Grupais e Promoção de Saúde: estratégias, contribuições e desafios**. 2028. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade) – Pós-Graduação em Saúde na Comunidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-09112018-110930/pt-br.php>. Acesso em: 8 out. 2024.
40. SECCO, Ana Caroline. **Os grupos de promoção de saúde como dispositivos de cuidado na atenção básica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15308>. Acesso em: 8 out. 2024.
41. STOLER, Ann Laura. Affective States. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (ed.). **A Companion to the Anthropology of Politics**. Cornwall: Blackwell Publishing, 2007. p. 4-19.
42. TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
43. VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Acesso em: 07 out. 2024.
44. VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. **Horizontes Antropológicos**, São Paulo, v. 25, n. 54, p. 7-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/HCLwVxYkWf7CjJcxm7sq3Ks>. Acesso em: 13 out. 2024
45. VINUTO, Juliana. **“O outro lado da moeda”**: O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. 2019. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/VINUTO\\_Tese-O-outro-lado-da-moeda-VF.pdf](https://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/VINUTO_Tese-O-outro-lado-da-moeda-VF.pdf). Acesso em: 13 out. 2024

*Clara Camatta*

Psicóloga. Mestrado em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1806-7217>. Colaboração: Pesquisa de campo, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão.

E-mail: claracamatta@yahoo.com

*Laura Lowenkron*

Professora adjunta do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0373-4088>. Colaboração: Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: lauralowenkron@gmail.com

*Fábio Mallart*

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9033-030X>. Colaboração: Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: fabiomallart@gmail.com